



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.^a SL

Aos 3 dias do mês de julho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte - 10:00

Audição da Senhora Provedora de Justiça, Professora Doutora Maria Lúcia Amaral, na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PSD, a propósito de queixas sobre o funcionamento da Segurança Social.

II Parte - 11:00

- 1. Apreciação e votação das atas n.ºs 199 e 200, de 13 e 14 de março;**
- 2. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 1069/XIII/4.^a (BE) - «Estabelece o regime jurídico aplicável à avaliação de impacto dos atos normativos na produção, manutenção, agravamento ou na diminuição e erradicação da pobreza», e das propostas de alteração apresentadas;**
- 3. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) da Proposta de Lei n.º 176/XIII/4.^a (GOV) - «Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil», e das propostas de alteração apresentadas;**
- 4. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) da Proposta de Lei n.º 185/XIII/4.^a (GOV) - «Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública», e das propostas de alteração apresentadas;**
- 5. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.º 1949/XIII/4.^a (PCP) - «Recomenda ao Governo a criação e regulamentação da profissão de operador de centros de contacto, reforço dos direitos de pausa, descanso, higiene, saúde e segurança no trabalho», 1985/XIII/4.^a (PEV) - «Criação e Regulamentação da Profissão de Operador de Call Center», 2001/XIII/4.^a (PS) - «Recomenda ao Governo a elaboração de um estudo sobre as condições de trabalho em centros de contacto (call centers)»;**
- 6. Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 2138/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a retificação da contagem de tempos de trabalho dos trabalhadores da pesca local e costeira para efeitos de pensões e reformas e devida reposição dos seus direitos», do Projeto de Resolução n.º 2178/XIII/4.^a (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que, para efeitos de contabilização na Segurança Social, equipare cada dia de descarga em lota das embarcações de pesca local e costeira a 3 dias de trabalho», do Projeto de Resolução n.º 2179/XIII/4.^a (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que reveja o processo de devolução dos retroativos da pensão auferidos pelos mestres/armadores da Associação dos Mestres Proprietários da Pesca Artesanal da Zona Norte» e do Projeto de Resolução n.º 2192/XIII/4.^a (PCP) - «Harmonização e aplicação dos direitos no acesso à reforma para os profissionais da pesca»;**
- 7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1989/XIII/4.^a (PS) - «Recomenda ao Governo o alargamento do regime específico de acesso à reforma a todos os trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma da Madeira»;**
- 8. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1693/XIII/3.^a (PSD) - Consagra o dia 20 de novembro como "Dia Nacional das Famílias de Acolhimento";**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.^a SL

9. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2038/XIII/4.^a (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas de ação positiva em favor dos trabalhadores com incapacidades e doenças oncológicas;

10. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 2062/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a promoção da atividade das amas, a regularização imediata das amas da Segurança Social ao abrigo do PREVPAP, a revisão do seu regime e medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas em IPSS»;

11. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 2162/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo o reforço dos meios do Centro Nacional de Pensões e a atribuição de pensão provisória aos pensionistas que não se encontrem a trabalhar»;

12. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 597/XIII/4.^a, da iniciativa de Amélia Luciana Brugnini de Sousa Uva Passo e outros (13234 assinaturas) - «Solicitam que a profissão de tripulante de cabine seja qualificada como de desgaste rápido»; Deputado relator: Bruno Dias (PCP);

13. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 540/XIII/3.^a, da iniciativa de Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e outros (11813 assinaturas) - «Solicitam alteração legislativa à lei que impede indemnizações por doenças e acidentes profissionais»; Deputada relatora: Maria da Luz Rosinha (PS);

14. Admissão das seguintes petições, e designação, se necessário, dos respetivos relatores:

- Petição n.º 594/XIII/4.^a, da iniciativa de Ricardo Manuel Vieira Pereira e outros (198 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medida de legislativa com vista à criação da carreira especial de técnico superior jurista»; Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 609/XIII/4.^a, da iniciativa de Ana Raquel Oliveira Lima e outros (4110 assinaturas) - «Solicitam a regulamentação da Profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa»; Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 613/XIII/4.^a, da iniciativa do STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionários e Afins e outros (15900 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco»; Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 619/XIII/4.^a, da iniciativa do SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia e outros (4075 assinaturas) - «Solicitam o reconhecimento da profissão dos trabalhadores da manutenção e montagem de aerogeradores como de desgaste rápido»; Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 625/XIII/4.^a, da iniciativa de Paulo Jorge Guedes Gouveia Reis e outros (6311 assinaturas) - «Solicitam a atualização da estrutura remuneratória da carreira de Assistente Técnico.»; Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 629/XIII/4.^a, da iniciativa de António José Castela Fernandes (1 assinatura) - «Solicita a adoção de medidas com vista à abertura de concursos de acesso e do mecanismo de mobilidade intercarreiras especiais, concretamente das carreiras aduaneiras.» (redistribuída da 5.^a Comissão); Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD (se necessário);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.ª SL

15. Outros assuntos.

I Parte - 10:00

Audição da Senhora Provedora de Justiça, Professora Doutora Maria Lúcia Amaral, na sequência de requerimento apresentado pelo GP do PSD, a propósito de queixas sobre o funcionamento da Segurança Social.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Feliciano Barreiras Duarte, cumprimentou e deu as boas-vindas à Senhora Provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, e à equipa que a acompanhava, enquadrando a sua vinda à Comissão no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PSD «a propósito de queixas por si recebidas sobre o funcionamento da Segurança Social», descrevendo a metodologia adotada para aquela audição e dando a palavra à Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) para a apresentação do referido requerimento, a que se seguiu a intervenção inicial da Senhora Provedora de Justiça.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Carla Tavares (PS), José Moura Soeiro (BE), Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo a Senhora Provedora de Justiça respondido no final e de forma sucessiva às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II Parte - 11:00

Logo após a audição, deu-se continuidade à reunião, de acordo com os termos constantes da respetiva ordem de trabalhos

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 199 e 200, de 13 e 14 de março;**

As atas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade.

2. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 1069/XIII/4.ª (BE) - «Estabelece o regime jurídico aplicável à avaliação de impacto dos atos normativos na produção, manutenção, agravamento ou na diminuição e erradicação da pobreza», e das propostas de alteração apresentadas;**

Antes de entrar no segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente saudou a presença do Senhor Deputado João Fonseca (PS), que assumira o seu mandato na véspera, passando a integrar a Comissão como membro suplente.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.ª SL

Já no âmbito do referido ponto, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que constatando a inexistência de propostas de alteração, indagou se os demais Grupos Parlamentares mantinham os sentidos de voto expressos em Plenário, recordando que algumas das abstenções aí declaradas haviam sido justificadas com a intenção de melhorar o texto no trabalho na especialidade, o que até agora não se verificara.

Por sua vez, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) questionou se havia sido fixado um prazo para a apresentação de propostas, quer para esta iniciativa quer para as que constavam dos dois pontos subsequentes da Ordem de Trabalhos, sugerindo que tal pudesse acontecer, tendo o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) e o Senhor Presidente esclarecido que o agendamento fora efetuado ainda antes da audição de dia 19 de junho, com o Senhor Ministro das Finanças. Perante isto, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) não se opôs ao estabelecimento de um novo prazo para a apresentação de propostas, desde que tal não impedisse a sua votação no Plenário de 19 de julho, o último da Legislatura.

Já o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) propôs a definição de um prazo curto, de maneira a concluir os trabalhos ainda a tempo da referida reunião plenária.

Posto isto, ainda antes de passar novamente a palavra, o Senhor Presidente recordou que na próxima semana a Comissão ouviria em audição o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) a 9 de julho, realizando-se a reunião ordinária da CTSS na manhã de 10 de julho, antes do Debate sobre o Estado da Nação, que teria lugar no período da tarde desse mesmo dia.

Posto isto, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) ter sugerido que o citado prazo terminasse a 8 de julho, permitindo-se a votação na reunião da CTSS de 10 de julho, o que mereceu a concordância da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) e dos demais presentes.

3. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) da Proposta de Lei n.º 176/XIII/4.ª (GOV) - «Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil», e das propostas de alteração apresentadas;

4. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) da Proposta de Lei n.º 185/XIII/4.ª (GOV) - «Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública», e das propostas de alteração apresentadas;

A apreciação destes dois pontos ficou prejudicada pelo teor da discussão efetuada no ponto anterior.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.^a SL

5. Votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.º 1949/XIII/4.^a (PCP) - «Recomenda ao Governo a criação e regulamentação da profissão de operador de centros de contacto, reforço dos direitos de pausa, descanso, higiene, saúde e segurança no trabalho», 1985/XIII/4.^a (PEV) - «Criação e Regulamentação da Profissão de Operador de Call Center», 2001/XIII/4.^a (PS) - «Recomenda ao Governo a elaboração de um estudo sobre as condições de trabalho em centros de contacto (call centers)»;

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) começou por solicitar a votação desagregada do quarto ponto das iniciativas dos GP do PEV e do PCP.

Por sua vez, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), lembrando que esta votação já havia sido agendada para reuniões anteriores, transmitiu que o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) tivera o cuidado de lhe comunicar que solicitaria a votação em separado dos números indicados, o que contudo considerou uma extrapolação de um processo de especialidade, já que aqui se tratava tão só de procurar um texto comum, e não de eliminar pontos já aprovados em Plenário. Assim sendo, entendeu que, quanto muito, os proponentes que não se revissem no texto comum poderiam solicitar que as suas iniciativas fossem votadas integralmente em Plenário, não aceitando que alguns ou mesmo todos os pontos pudessem ser rejeitados em Comissão.

Interveio então o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP), afirmando que o seu Grupo Parlamentar tenderia a concordar com a metodologia proposta, mas que tal não era possível em virtude do entendimento consagrado a este propósito em Conferência de Líderes (CL), com os votos a favor dos GP do PSD, do PS e do PCP, e tão-só com os votos contra dos GP do BE e do CDS-PP. Deste modo, estas novas regras ditavam que, havendo mais do que um projeto de resolução sobre a mesma matéria, se deveria proceder à votação ponto por ponto, existindo efetivamente a possibilidade de uma iniciativa ser rejeitada total ou parcialmente na especialidade depois de ter sido aprovada em Plenário. Concluiu defendendo que o GP do PCP não podia vir agora contestar as regras que votara favoravelmente em sede de CL.

Novamente no uso da palavra, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) revelou que tivera o cuidado de consultar a direção do seu Grupo Parlamentar, que lhe respondera que não era possível eliminar pontos na especialidade, mas apenas procurar um texto de fusão das várias resoluções em apreciação na especialidade. Contudo, manifestou aceitar que os demais Grupos Parlamentares determinassem que a votação deveria ocorrer ponto por ponto, reservando porém o direito de proceder a nova votação integral da sua iniciativa em Plenário, não estando ainda assim certa da hipótese de

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.^a SL

avocação de projetos de resolução, e solicitando o adiamento desta votação para o final da reunião para melhor esclarecer esta situação junto do seu Grupo Parlamentar. Todavia, em virtude de o Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) ter anunciado a impossibilidade de corresponder a esse diferimento, atendendo a que teria de discutir um outro projeto de resolução na reunião da Comissão de Agricultura e Mar, foi decidido o adiamento deste ponto para a reunião da CTSS da semana seguinte.

6. Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 2138/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a retificação da contagem de tempos de trabalho dos trabalhadores da pesca local e costeira para efeitos de pensões e reformas e devida reposição dos seus direitos», do Projeto de Resolução n.º 2178/XIII/4.^a (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que, para efeitos de contabilização na Segurança Social, equipare cada dia de descarga em lota das embarcações de pesca local e costeira a 3 dias de trabalho», do Projeto de Resolução n.º 2179/XIII/4.^a (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo que reveja o processo de devolução dos retroativos da pensão auferidos pelos mestres/armadores da Associação dos Mestres Proprietários da Pesca Artesanal da Zona Norte» e do Projeto de Resolução n.º 2192/XIII/4.^a (PCP) - «Harmonização e aplicação dos direitos no acesso à reforma para os profissionais da pesca»;

Iniciou-se então a discussão deste ponto, que se desenrolou nos termos que constam da respetiva informação, para os quais se remete, e que aqui se dão por reproduzidos, registando-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), Cecília Meireles (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Rui Riso (PS), Helga Correia (PSD) e João Fonseca (PS).

7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1989/XIII/4.^a (PS) - «Recomenda ao Governo o alargamento do regime específico de acesso à reforma a todos os trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma da Madeira»;

Tal como no ponto anterior, também aqui se procedeu à discussão nos termos que constam da respetiva informação, para os quais se remete, e que aqui se dão por reproduzidos, registando-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados Carlos Pereira (PS), Sara Madruga da Costa (PSD), Rita Rato (PCP) e Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP).

8. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1693/XIII/3.^a (PSD) - Consagra o dia 20 de novembro como "Dia Nacional das Famílias de Acolhimento";

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) solicitou o adiamento deste ponto, tendo em conta que a Senhora Deputada Laura Monteiro Magalhães (PSD) se encontrava a acompanhar os trabalhos de outra Comissão.

9. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2038/XIII/4.^a (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas de ação positiva em favor dos trabalhadores com incapacidades e doenças oncológicas;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.^a SL

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) pediu o adiamento deste ponto para a reunião da Comissão da semana vindoura.

10. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 2062/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a promoção da atividade das amas, a regularização imediata das amas da Segurança Social ao abrigo do PREVPAP, a revisão do seu regime e medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas em IPSS»;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) declarou nada ter a opor às sugestões apresentadas em sede de redação final, sendo esta aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

11. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 2162/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo o reforço dos meios do Centro Nacional de Pensões e a atribuição de pensão provisória aos pensionistas que não se encontrem a trabalhar»;

Neste ponto porém, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou que fosse alterada uma das sugestões efetuadas devendo ler-se «Organize permanências com técnicos da segurança social portuguesa em alguns dos países com maior emigração portuguesa (...)» - como de resto já resultava da redação aprovada em Plenário, agora com o aditamento do adjetivo «portuguesa», para melhor esclarecimento - onde se lia «Organize permanências com técnicos da segurança social de alguns dos países com maior emigração portuguesa (...)». Com esta correção, a redação final foi fixada por unanimidade nos termos propostos

12. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 597/XIII/4.^a, da iniciativa de Amélia Luciana Brugnini de Sousa Uva Passo e outros (13234 assinaturas) - «Solicitam que a profissão de tripulante de cabine seja qualificada como de desgaste rápido»;
Deputado relator: Bruno Dias (PCP);

Este ponto foi adiado para a reunião da CTSS da semana seguinte.

13. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 540/XIII/3.^a, da iniciativa de Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e outros (11813 assinaturas) - «Solicitam alteração legislativa à lei que impede indemnizações por doenças e acidentes profissionais»;
Deputada relatora: Maria da Luz Rosinha (PS);

A Senhora Deputada Sofia Araújo (PS) procedeu à apresentação do relatório conjunto sobre a petição identificada, mas também das Petições n.º 379/XIII/2.^a - «Solicita alteração ao diploma de atribuição de indemnização por acidentes em serviço na função pública» e n.º 391/XIII/3.^a - «Solicita alteração à Lei n.º 11/2014, de 6 de março, no que respeita a acidentes de serviço», ambas com apenas um subscritor, e que haviam sido juntas num único processo de tramitação com a petição designada em epígrafe, dando conta dos seus objetos e das diligências efetuadas pela Comissão,

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.^a SL

que incluíram a audição da primeira peticionária da Petição n.º 540/XIII/3.^a a 26 de junho de 2019, nos termos que melhor constam do documento em apreciação, concluindo pelo envio das iniciativas e do respetivo relatório ao Governo e aos Grupos Parlamentares, bem como pela sua remessa ao Senhor Presidente da Assembleia da República, tendo em vista a discussão em Plenário da Petição n.º 540/XIII/3.^a, atento o número de subscritores. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

14. Admissão das seguintes petições, e designação, se necessário, dos respetivos relatores:

- **Petição n.º 594/XIII/4.^a, da iniciativa de Ricardo Manuel Vieira Pereira e outros (198 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medida de legislativa com vista à criação da carreira especial de técnico superior jurista»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;**
- **Petição n.º 609/XIII/4.^a, da iniciativa de Ana Raquel Oliveira Lima e outros (4110 assinaturas) - «Solicitam a regulamentação da Profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;**
- **Petição n.º 613/XIII/4.^a, da iniciativa do STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionários e Afins e outros (15900 assinaturas) - «Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;**
- **Petição n.º 619/XIII/4.^a, da iniciativa do SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia e outros (4075 assinaturas) - «Solicitam o reconhecimento da profissão dos trabalhadores da manutenção e montagem de aerogeradores como de desgaste rápido»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;**
- **Petição n.º 625/XIII/4.^a, da iniciativa de Paulo Jorge Guedes Gouveia Reis e outros (6311 assinaturas) - «Solicitam a atualização da estrutura remuneratória da carreira de Assistente Técnico.»;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;**
- **Petição n.º 629/XIII/4.^a, da iniciativa de António José Castela Fernandes (1 assinatura) - «Solicita a adoção de medidas com vista à abertura de concursos de acesso e do mecanismo de mobilidade intercarreiras especiais, concretamente das carreiras aduaneiras.» (redistribuída da 5.^a Comissão);
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD (se necessário);**

No penúltimo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) reiterou o que já havia advogado anteriormente, defendendo que apenas se procedesse à designação de relator para estas petições na próxima Legislatura, disso se dando conta aos peticionários, evitando-se assim que estes criassem falsas expectativas com base nas respetivas admissões, opinião partilhada pela Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD).



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.ª SL

Submetidas a votação, todas as petições elencadas foram admitidas por unanimidade, com as ressalvas que antecedem.

15. Outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de julho de 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 217/XIII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
João Paulo Pedrosa
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sofia Araújo
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Carlos Pereira
Cecília Meireles
Diana Ferreira
Helga Correia
João Fonseca
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sandra Pereira
Susana Lamas